



3449 - Pôster - XIV ANPED-CO (2018)
GT 05 - Estado e Política Educacional

Políticas e Planejamento da Educação Básica: O Plano de Ações Articuladas (PAR) do Município de Chapada dos Guimarães (MT)

Gilberto Gomes dos Santos - UFMT - PPGE Rondonópolis - Universidade Federal de Mato Grosso
Ivanete Rodrigues dos Santos - UFMT/Campus de Rondonópolis - Universidade Federal de Mato Grosso

Políticas e Planejamento da Educação Básica: O Plano de Ações Articuladas (PAR) do Município de Chapada dos Guimarães (MT)

Este estudo tem como objetivo analisar a influência do Plano de Ações Articuladas (PAR) na elaboração das políticas de educação básica do município de Chapada dos Guimarães no período de 2007-2017. Para abordar as políticas e a gestão da educação brasileira dialogamos com Vieira (2008); Ferreira (2011); Oliveira (2002;2011); Monteiro e Moreira (2010); Bastos (2013) dentre outros. Trata-se de uma pesquisa de cunho qualitativo fundamentada nos pressupostos teórico-metodológicos do materialismo dialético, desenvolvida por meio da análise documental e entrevistas semiestruturadas. Observa-se que, apesar do município elaborar seu planejamento educacional a partir das diretrizes do PAR, há forte centralização das políticas de educação, no que se refere ao financiamento e apoio técnico, por parte do governo federal.

Palavras chave: Políticas Educacional. Planejamento da Educação Básica. PAR

Políticas e Planejamento da Educação Básica: O Plano de Ações Articuladas (PAR) do Município de Chapada dos Guimarães (MT)

Introdução

O Plano de Ações Articuladas nos municípios do Estado de Mato Grosso vem da base de informações do MEC que tem o diagnóstico como ferramenta de gestão do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) instrumento que viabiliza o planejamento e a implementação de políticas públicas com vistas à melhoria da qualidade da educação básica nos municípios. As discussões sobre o planejamento educacional, nas últimas décadas buscaram uma contextualização de políticas públicas no cenário da educação brasileira e com este pensamento o estudo em questão tem como objetivo analisar o processo de implementação e as implicações do Plano de Ações Articuladas no município de Chapada dos Guimarães no período de 2007-2017.

Políticas e Planejamento da Educação Básica

A gestão educacional ganhou uma nova sistemática após a Constituição Federal de 1988, e com ela uma ênfase maior nas discussões acadêmicas e políticas em função das reformas ocorridas no sistema administrativo e político do país após esse momento. Passando pelos governos desse período, temos uma sequência de mudanças políticas que se deram em função das discussões sobre a elaboração da Constituição Federal no governo Sarney e as instabilidades econômicas dos dois planos econômicos no governo Collor que retomou a inflação e manteve o país em recessão. A educação tinha uma perspectiva clientelista com o eixo estratégico voltado para o desenvolvimento econômico (VIEIRA, 2008, p. 90).

Conforme Vieira (2008), alguns autores, fazem uma crítica a esse governo por possuir um plano econômico com uma visão "neoliberal e neoconservadora" considerando o Estado ineficiente e deixando o mercado como regulador das relações sociais.

Com o objetivo de melhorar a qualidade educacional em prol do desenvolvimento almejado, na década de 2000, a União tentou superar a desarticulação vigente entre os entes federados por meio do apoio técnico e financeiro do Ministério da Educação (MEC) aos estados e municípios; e por meio da criação de políticas educacionais; dentre elas, o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).

Esse plano foi criado em 2007 no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e é caracterizado por um conjunto de programas que têm como objetivo a organicidade do sistema educacional em benefício da melhoria da qualidade do ensino, sendo concretizado pela implementação do "Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação" instituído estrategicamente para elevar o IDEB (BRASIL, 2007).

Conforme Palumbo (1994), o estudo de políticas públicas perpassa pelo conhecimento sobre o Estado, suas instituições, leis, programas que, inter-relacionados, podem se constituir como uma política pública em busca das soluções dos problemas da sociedade. Afirma também que existe uma tendência em pensar que a elaboração das políticas públicas se restringe aos "corpos legislativos", e a implementação às agências administrativas. No entanto, essas etapas se dão de maneira complexa, pois não existe um "[...] movimento claro, lógico, que vai da declaração de uma política até uma lei, e a partir daí, até um programa. Ao invés disso, existe uma interação complexa entre estas etapas".

Nessa perspectiva, podemos entender que a política não se restringe a um único evento em separado; ela pode ser considerada abrangente, dinâmica, processual, com intenções, ações e comportamentos de muitos atores que as formulam e as implementam, podendo influenciá-las de acordo com seus valores, demandas e perspectivas (PALUMBO, 1994).

Para o MEC é necessária uma ação conjunta dos gestores educacionais com a participação de secretários estaduais e municipais, organizações públicas como o Conselho Nacional dos Secretários de Educação (CONSED) e União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), além de um trabalho com a participação de empresas privadas para universalização do ensino e melhoria da qualidade da Educação Básica.

Para integrar os diferentes atores sociais envolvidos na melhoria da qualidade educacional e para a execução do Plano de Metas, adotou-se a modalidade de planejamento que constitui o Plano de Ações Articuladas.

Por meio da assinatura do Termo de Compromissos os municípios se comprometeram com os princípios e diretrizes do Plano de Metas, dá-se a articulação entre o governo federal e municipal, tendo em vista o planejamento das ações conforme os resultados apresentados pelo IDEB. A adesão ao Plano de Metas é facultativa aos gestores locais, entretanto, a não participação implica a perda de recurso para investimentos na educação, uma vez que boa parte dos programas educacionais estão relacionados ao PAR.

Os programas integrados ao PAR, especificados no "Guia de Programas que constam no PAR - Documento Complementar ao Guia Prático de Ações" (2009) são divididos de acordo com quatro dimensões: gestão educacional; formação de professores e de profissionais de serviço e apoio escolar; práticas pedagógicas e avaliação; e infraestrutura física e recursos pedagógicos.

O PAR é instrumento de planejamento que deve seguir os parâmetros da democracia, pois, tem caráter plurianual e é construído com a participação dos gestores e educadores locais, além de levar a uma reflexão das dificuldades encontradas pelos municípios nas suas especificidades regionais, contribuindo para a mudança no planejamento educacional em nível local, mas que requer uma coordenação mais sistemática entre a União e os municípios na conexão entre as políticas que passariam a existir, exigindo um maior apoio técnico e financeiro do governo federal para que as políticas públicas sejam concretizadas para melhorar o IDEB quando se encontra abaixo do esperado.

Quanto aos recursos, o PAR pode ser uma forma de solucionar a questão da colaboração entre os entes federados por meio da implantação de mecanismos de financiamentos que aliem a prestação de serviços ao recebimento dos recursos.

Tanto a instituição do IDEB, quanto ao controle da União no aspecto financeiro terão um maior apoio

técnico para implantação dos programas que visam a melhoria da qualidade educacional. Nesse sentido, Ferreira e Bastos (2013, p. 06) esclarecem que o "PAR tornou-se uma política de planejamento com largas capacidades de articular sistemas educativos do país em torno de um instrumento único, cujo ritmo de execução e de acompanhamento segue o IDEB". A participação e o envolvimento dos sujeitos do processo educativo são condições para o êxito dessas políticas desenvolvidas no âmbito do PAR.

Considerações Finais

A princípio foi possível observar que a "autonomia" do município na gestão educacional local é prejudicada pela centralização exercida pela União na implementação das políticas educacionais. Apesar do município elaborar seu planejamento por meio do PAR, os recursos enviados pelo MEC para os programas educacionais é uma forma pela qual o município é forçado a aceitar as políticas formuladas pelo governo federal.

Além disso, verificamos dificuldades na implementação e monitoramento do PAR devido a prática política patrimonialista da gestão local, do pouco conhecimento dos gestores educacionais sobre PAR, e insuficiência administrativa e financeira para implementarem suas próprias políticas.

Compreende-se que as contribuições do PAR se encontram no seu caráter plurianual evitando os percalços causados pela descontinuidade política, o apoio financeiro da União por meio dos programas educacionais, o favorecimento da realização do diagnóstico educacional e a tomada de decisão pela conciliação dos dados quantitativos e análise da realidade local.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL. Conferência Nacional de Educação (CONAE) 2010. **Construindo o sistema nacional articulado de educação**: o plano nacional de educação, diretrizes e estratégias de ação. Documento Final. Brasília, DF: MEC, 2010.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: versão atualizada até a emenda n. 59 de 2009. Brasília, DF, 2010.

FERREIRA, E. B. Estado e Planejamento de descentralização da educação profissional no Brasil. In: **Anais... 23º Simpósio Brasileiro da Associação Nacional de Política e Administração da Educação – ANPAE**. Porto Alegre, ANPAE, 2007.

FERREIRA, E. B.; FONSECA, M. O Plano de Ações Articuladas (PAR): dados da pesquisa em rede. In: FERREIRA, E. B.; FONSECA, M.(Orgs.). **Política e planejamento educacional no Brasil do Século 21**. Brasília: Liber Livro, 2013.

PALUMBO, Dennis J. A abordagem de política pública para o desenvolvimento político na América. Belo Horizonte, Brace & Company, 1994

VIEIRA, Sofia Lerche. Desejos de reforma: Legislação educacional no Brasil Império e República. Brasília: Liber Livro, 2008.